

# COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -CCTCI

## Emenda ao Projeto de Lei nº 7.042 de 2010

(Do Sr Deputado Paulo Roberto Pereira)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, sobre os malefícios causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas; sobre educação para o trânsito; sobre a preservação do meio-ambiente; sobre planejamento familiar; e dá outras providências.

## EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos artigos 1º e 2º a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de que as **emissoras públicas e educativas**, de rádio e de televisão, disponibilizem espaço para que o Governo Federal divulgue informações, sobre os malefícios causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas; sobre educação para o trânsito; sobre a preservação do meio-ambiente; sobre planejamento familiar; e dá outras providências.

Art. 2º As **concessionárias públicas dos serviços de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão)** cederão todos os dias, quatro intervalos de no mínimo 30 (trinta) segundos e no máximo um minuto cada, sendo um intervalo no horário compreendido entre as doze horas e as treze horas e outro compreendido entre as vinte horas e as vinte e uma horas, que poderão ser utilizados para a veiculação de programas contendo informações sobre os seguintes temas:

- I – malefícios causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas;
- II – educação para o trânsito;
- III – preservação do meio-ambiente;

IV – planejamento familiar.

§ 1º A produção dos programas previstos no **caput** ficará a cargo do Poder Executivo.

§ 2º As transmissões serão realizadas em cadeia nacional, no intervalo da programação normal das emissoras;

§ 3º As mídias com as gravações dos programas serão entregues às emissoras com antecedência mínima de doze horas da transmissão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de preocupação conceitual legítima do nobre deputado Luiz Bassuma

No entanto cabe destacar que a temática em questão já tem sido, no âmbito da programação das emissoras de rádio e de televisão comerciais, suficientemente abordada, seja em suas obras de ficção, na programação jornalística e noticiosa.

Por outro lado, no Brasil a Radiodifusão é legalmente prevista como sendo Educativa Comunitária e Comercial.

No âmbito das emissoras comerciais já foi apontado pela própria CCTCI que, fossem aprovados todos os Projetos de Lei que demandam espaço na grade de programação para as mais diversas campanhas e conteúdos, não restaria espaço para que a própria emissora deliberasse sobre seu conteúdo.

A legislação já trata de maneira ampla as obrigações, inerentes à programação, que competem às emissoras e que regem as outorgas e os contratos.

São elas:

- 1) destinar no mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- 2) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do horário de sua programação diária o tempo destinado a comerciais;
- 3) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocadas pela autoridade competente;
- 4) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referente à propaganda eleitoral;
- 5) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- 6) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico.

Dessa forma e principalmente levando em consideração que o Sistema Público de Radiodifusão já contempla, na sua totalidade, uma Rede muito capilarizada, que vem crescendo consideravelmente e quantitativamente já superior à totalidade de emissoras comerciais entendemos que a previsão de cessão de espaço para divulgação de conteúdo educativo deva incidir sobre as respectivas emissoras que ademais independem do mercado publicitário para o custeio de suas operações.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado Paulo Roberto Pereira

